

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL-NDI
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Paula Ramos da Silva

**O LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA QUE
OFERTA O ENSINO FUNDAMENTAL**

IJUI, RS

2016

ANA PAULA RAMOS DA SILVA

**O LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA QUE
OFERTA O ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, apresentado à Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Programa de Pós-Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Docência Infantil.

Orientadora: Prof.^a Monique Robain Montano.

IJUI, RS

2016

DEDICATÓRIA

Às minhas filhas, duas meninas, duas crianças, com sonhos, fantasias, imaginação que vão além do arco-íris, que adoram brincar, ser criança, ser feliz. Dedicando assim, a todas as crianças que têm o direito a uma infância digna, verdadeira, com uma educação de qualidade, juntamente com a garantia de um futuro repleto de boas recordações e a certeza de ser feliz.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível porque contamos com o apoio incondicional de professores, colegas, família, amigos e alunos. Agradeço a todos que de uma forma ou de outra fizeram parte da minha caminhada.

- a Deus pela vida;
- à UFSM pela oportunidade de aprimoramento dos meus estudos e busca de uma educação de qualidade;
- às colegas de trabalho, aos pais, aos alunos pela confiança e comprometimento na realização deste projeto;
- às colegas de especialização pela parceria, atenção e troca de experiências que muito auxiliaram a minha prática;
- à nossa Coordenadora do curso Eulália(Lalinha) pelo seu entusiasmo, dedicação e orientações recebidas;
- às Professoras do Curso que auxiliaram na minha formação acadêmica e pessoal, contribuindo muito para a melhoria da prática pedagógica, com orientações que sustentaram a defesa por uma educação infantil centrada na infância e nos direitos das crianças;
- à minha orientadora que não mediu esforços para a efetivação deste projeto. Agradeço pela sua disponibilidade, paciência, atenção e carinho dispensados a mim nestes últimos meses de trabalho, suas orientações, seu incentivo me fez superar as limitações e dificuldades, fazendo-me sentir capaz e seguir adiante. Meu muito obrigada, Professora Monique;
- à minha família, esposo e filhas pela compreensão da minha ausência, pelo apoio e carinho incondicional que recebi, pelos cafezinhos quentinhos, beijos de boa noite e até mesmo aquele “deixa que eu faço teu TCC, mãe”; neste final de semana mãe vai ter TCC...Truco, cerveja e churrasco... muito obrigada meus amores, pessoas com quem amo partilhar a vida, amo vocês.

.

O LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA QUE OFERTA O ENSINO FUNDAMENTAL

AUTORA: Ana Paula Ramos da Silva
ORIENTADORA: Prof.^a Monique Robain Montano

Este trabalho relata o Projeto de Intervenção desenvolvido em uma Escola de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, mais especificamente, sobre a efetivação na prática cotidiana, das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, Resolução CNE/CEB N 5/2009 e Parecer CNE/CEB N 20/2009, evidenciando as aprendizagens e o processo desencadeador da construção da identidade desta etapa da Educação Infantil com intervenção no projeto educacional da escola. O Projeto teve como foco, a discussão acerca da identidade da educação infantil e inserção desta etapa com suas especificidades na escola e na proposta pedagógica. Apresenta a análise das ações realizadas durante a intervenção, a metodologia utilizada foi a pesquisa ação, por esta possibilitar a investigação do problema e a intervenção na realidade estudada, sob a concepção de TRIPP(2005). Os autores que fundamentaram este trabalho foram Oliveira (2011) e Tizuko (1997), para fundamentar o brincar e os espaços voltados à infância, Veiga (2004/2013), para Gestão Democrática e Projeto Político Pedagógico, Kramer (2005), para finalidade da Educação Infantil, Teixeira e Volpini (2014), para embasar a infância e Giroto (2013), para apresentar os materiais não estruturados. O comprometimento dos envolvidos no projeto foi de suma importância para garantia do sucesso desta pesquisa.

Palavras-chave: Educação Infantil. Identidade. Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

THE PLACE OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION AT SCHOOL THAT OFFER PRIMARY EDUCATION

AUTHOR: Ana Paula Ramos da Silva
ADVISOR: Prof.^a Monique Robain Montano

This paper reports the intervention project developed into a school of early childhood education and primary education more specifically on the effectiveness in everyday practice the National Curriculum Guidelines. For Early Childhood Education CNE / CEB N 5/2009 and CNE / CEB N 20/2009, highlighting the learning and the triggering process of building, the identity of this stage of early childhood education intervention with the school's educational project. The project focused on the discussion about the identity of early childhood education and insertion of this stage with their specific school and pedagogical proposal. Presents an analysis of actions taken during the intervention, the methodology used was action research, by this enable the investigation of the problem and the intervention actually studied under the design TRIPP. The authors were justifying Oliveira (2011), Tizuko (1997), to support the play and the spaces dedicated to children, Veiga (2004/2013) for democratic management and Pedagogical Political Project, Kramer (2005) to purpose of early childhood education, Teixeira and Volpini (2014) to support children and Giroto (2013) to present the materials unstructured. The commitment of those involved in the project was critical to ensuring the success of this research.

Keywords: Child Education. Identity. Pedagogico Plan.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Demonstra o envolvimento, comprometimento das famílias durante o encontro	39
Figura 2 - Expressa as particularidades entre as infâncias – tempos, espaços, brincadeiras.....	41
Figura 3 - Evidencia momentos de interação criança x criança, materiais, espaços.....	46
Figura 4 - evidencia momentos de construção, desafios da criança consigo mesma, materiais e espaços.....	46
Figura 5 - Evidencia a reorganização do espaço com novos brinquedos e materiais.....	48
Figura 6 - Evidencia a apropriação do espaço e dos materiais pelas crianças.	48
Figura 7 - Revela o brincar como ferramenta de desenvolvimento	49
Figura 8 - Revela o espaço e os materiais como elementos importantes a serem considerados na proposta pedagógica.	50
Figura 9 - Retrata a alegria das crianças durante as brincadeiras e a interação com os colegas.	51
Figura 10-Retrata a interação do educador com as crianças durante o brincar.....	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL ENQUANTO DIREITO DAS CRIANÇAS	13
2.2 REFERÊNCIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	15
2.3 O ARTIGO 8º DA DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL	17
2.4 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	23
2.5 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	24
3 METODOLOGIA	28
3.1 PESQUISA AÇÃO	28
3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	28
3.3. OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA	29
4 AÇÕES ANALISADAS	35
4.1. DOS ESTUDOS REALIZADOS	35
4.2. DOS ENCONTROS COM OS PAIS	39
4.3. DA INTERVENÇÃO JUNTO AOS ALUNOS	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

1 INTRODUÇÃO

A escola exerce função educativa junto aos pais, discutindo, informando, aconselhando, encaminhando os mais diversos assuntos, para que família e escola, em colaboração mútua, possam promover a educação integral da criança.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, responsável pelo desenvolvimento integral da criança de 0 à 5 anos de idade, tem suas ações embasadas nas fundamentações teóricas que defendem a ludicidade, o prazer, o brincar como ferramentas de trabalho.

Diante desta realidade, desenvolvemos nosso projeto como trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Docência para a Educação Infantil, através de um projeto de intervenção realizado em uma escola de ensino fundamental da rede pública municipal, do município de Santo Ângelo-RS, onde buscamos conhecer a realidade da educação infantil inserida nesta escola, qual a proposta pedagógica e as ações desenvolvidas junto às turmas de Educação Infantil.

A escola municipal onde foi desenvolvido o projeto está vinculada ao Sistema Municipal de Ensino, localizada na zona urbana do município de Santo Ângelo, do Estado do Rio Grande do Sul. Município onde as escolas Municipais de Educação Infantil adotam uma prática pedagógica referenciada na interdisciplinaridade, em que o cuidar e o educar desenvolvam a identidade, iniciativa, autonomia e socialização dos alunos, a partir da interação com o objeto físico e social. São privilegiadas todas as linguagens de expressão, com situações de aprendizagens que contribuam para o desenvolvimento das capacidades corporais, afetivas, emocionais, cognitivas estéticas e éticas.

A Escola foi criada em 1953 e reconhecida pelo Decreto n.º 276/1976, ofertando hoje, o Ensino Fundamental até o 4º ano e na etapa da Educação Infantil maternal 1 e 2, para faixa etária de 1 a 3 anos e pré-escola, de 4 e 5 anos.

Os alunos dos dois níveis de ensino ocupam os mesmos espaços ofertados pela Escola como, biblioteca, parquinho, quadra de esportes, laboratório de informática, salas de atendimento educacional especializado.

A escola conta com direção, coordenação pedagógica, setor administrativo, bibliotecária, vinte e dois professores, sete funcionárias e cento e oitenta e dois alunos, sendo oitenta e nove do Ensino Fundamental e noventa e três da Educação Infantil e, também, o Círculo de Pais e Mestres – CPM.

A população atendida é proveniente do próprio bairro e adjacentes. Pais são trabalhadores, nível de escolaridade fundamental incompleto, possuem emprego informal, famílias residem em habitações próprias na sua maioria. Apresentam progresso, melhorias em suas residências, têm transporte próprio e 70% dos alunos da Escola recebem auxílio Bolsa Família, da Educação Infantil cerca de 68 alunos recebem o benefício.

Atualmente a escola recebeu a comunidade escolar da Escola de Educação Infantil do Bairro, a qual foi interdita pelas condições das instalações onde estava inserida. Sendo assim, a Escola que antes era somente Ensino Fundamental, conta hoje com turmas de maternal e pré-escola, onde a comunidade escolar é comum para os dois níveis de ensino.

Analisamos o Projeto Político Pedagógico da escola e constatamos a desatualização do mesmo em relação a atual realidade da escola, foi quando observamos que a Educação Infantil não constava no Projeto Político Pedagógico da Escola.

Daí surgiu a necessidade de chamar o grupo da Educação Infantil para uma reunião, onde discutiu-se a problemática da situação em evidência e a necessidade de se construir uma proposta para a Educação Infantil. Percebemos o desejo do grupo em construir uma identidade para a Educação Infantil, dentro da escola.

Com o objetivo de buscar a construção do espaço no Projeto Político Pedagógico e na prática pedagógica, para Educação Infantil, agora inserida no contexto desta escola, ressaltamos a necessidade do fortalecimento da identidade da Educação Infantil, buscando estabelecer parcerias entre os protagonistas da comunidade escolar (famílias, professores, alunos, gestores, funcionários) para reafirmar as práticas pedagógicas da Educação Infantil, diferente da escolarização que ocorre na Escola do Ensino Fundamental.

Dada a importância do tema, este projeto realizou uma intervenção voltada para a busca de respostas, direcionamentos, esclarecimentos sobre o verdadeiro papel da Educação Infantil na Escola e na vida das crianças.

Baseado nas declarações da gestora da escola, nas dificuldades enfrentadas, a intervenção esclareceu à comunidade escolar a proposta pedagógica da Educação Infantil, sua história, seus avanços, fazendo-os vivenciar momentos de interação junto a Escola, pais junto a seus filhos, entre professores e gestores.

Diante de tantas interrogações sobre a Educação Infantil e seu papel na Escola e em busca de respostas que norteiem o trabalho dos educadores de educação infantil, que elucidem às famílias a verdadeira proposta da educação infantil. O objetivo da pesquisa foi “construir com a comunidade escolar uma Educação Infantil, com práticas pedagógicas que tenham a criança como centro do planejamento, reafirmando a identidade da Educação Infantil dentro da escola de Ensino Fundamental”.

Conforme relata Oliveira (2007), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 1961 – Lei 4024/61, aprofundou a perspectiva apontada desde a criação dos jardins de infância: sua inclusão no sistema de ensino. Assim dispunha essa lei:

Art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins de infância.

Art. 24. As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária.

Todo esse quadro social refletia o dinamismo do contexto sociopolítico e econômico do início da década de 60, que seria alterado pelos governos militares instaurados no país a partir de 1964, com marcantes reflexos sobre a educação em geral e a educação das crianças pequenas em particular.

Em 1988, a Constituição Federal reconhece a criança como cidadã, deixando de ser objeto de tutela e passando a ser sujeito detentor de direitos e assegurados por lei, assim definindo “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade [...]” (BRASIL, 1988).

A Educação Infantil, a partir de então deixou de ser um espaço de amparo e assistência e passou a ser um espaço de promoção e defesa da cidadania da criança ao considerar suas especificidades e particularidades.

A criança na escola amplia seus interesses além do mundo infantil e dos objetos, estende as possibilidades de relações sociais, estabelece interações mais diversificadas com os adultos, compreende, paulatinamente, as atitudes e as várias formas de atividades humanas: trabalho, lazer, produção cultural e científica. O jogo e a brincadeira, nessa etapa, são formas de expressão e apropriação do mundo das relações, das atividades e dos papéis dos adultos. A criança, por intermédio das atividades lúdicas, atua, mesmo que simbolicamente, nas diferentes esferas humanas, reelaborando sentimentos, conhecimentos, significados e atitudes (BISSOLI, 2005).

No capítulo dois, apresentamos o referencial teórico que embasou este projeto, sendo as Leis: Lei n.º 9394/96, Constituição Federal/88, Lei Nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/14, Parecer CNE/CEB 20/2009, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil como base legal, normativas da Educação Infantil, Oliveira (2011), Rosa(2010), Tizuko (1997), para fundamentar o brincar e os espaços voltados à infância, Veiga (2009/2013), para Gestão Democrática e Projeto Político Pedagógico, Kramer (2005), para finalidade da Educação Infantil, Teixeira e Volpini (2014), para embasar a infância e Giroto (2013), para apresentar os materiais não estruturados.

No capítulo três, esclareço sobre a metodologia utilizada, que foi a pesquisa ação, a qual permite observar, planejar, aplicar, avaliar a prática e intervir na realidade. Buscamos referencial teórico em TRIPP(2005), que aponta a pesquisa ação como uma ferramenta que oportuniza avaliar e intervir na prática educacional.

No capítulo quatro, apresentamos a análise das ações realizadas no decorrer do projeto, as dificuldades, os estudos, as aprendizagens, os encontros e as práticas desenvolvidas.

A seguir apresentamos o referencial teórico que embasou os estudos, as reflexões e as análises deste TCC.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresentamos os teóricos e a legislação que embasaram a pesquisa e o projeto de intervenção. Estes escolhidos com ênfase nos direitos da criança, nas concepções da Educação Infantil enquanto etapa básica e fundamental para o desenvolvimento integral da criança, seguindo assim, as diretrizes do curso de especialização.

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL ENQUANTO DIREITO DAS CRIANÇAS

Ao analisar a evolução da concepção da Educação Infantil, evidenciam-se mudanças significativas que vêm ocorrendo, desde o reconhecimento desta, na Constituição Federal de 1988, que define dever do Estado o “atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”, bem como, em sua inserção como primeira etapa da educação básica, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96-LDBEN e normativas decorrentes.

Entende-se o estabelecimento legal como fator relevante e marco favorável para a efetivação e promoção dos direitos das crianças, no nosso país. O reconhecimento da educação enquanto direito e que se estabelece ao nascer, tem se mantido no texto da Constituição Federal, mesmo com as alterações nas emendas Constitucionais. A Emenda Constitucional 53, em 2006, que dispôs o atendimento gratuito em creches e pré-escola para os filhos dos trabalhadores, não destituiu este direito, assim como, a Emenda Constitucional em 2009, que determinou a obrigatoriedade da educação para a faixa etária, a partir dos 4 anos em seu artigo 208, também não removeu o direito, conforme podemos verificar nos artigos citados respectivamente:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

[...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para

todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

A Lei Nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, também faz referência ao direito da criança e a educação desde os primeiros anos de vida, assim dispondo:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

[...]

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

[...]

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

O reconhecimento da Educação Infantil como um direito e os avanços da Constituição, imprimem que o marco regulatório da educação se pronuncie para a questão, com princípios conforme podemos verificar no texto da Lei de Diretrizes da Educação Nacional, Lei 9394 promulgada em dezembro de 1996, alterada pela Lei 12.796:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) [grifos da autora]

Dois princípios destacam-se na efetivação deste trabalho, o da Gestão Democrática e o da garantia da qualidade, os quais dissertaremos ao longo do desenvolvimento do texto.

O Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, em suas Metas e Estratégias aponta para a ampliação com qualidade, referindo-se às Diretrizes Curriculares.

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Estratégias:

1.13) preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.17) estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

No entanto, os atos legais, promulgados em diferentes contextos históricos, sociais e políticos, não estabelecem como será a implementação e não há como prever, de que forma se dará a execução da política na prática. Tanto o Ministério da Educação, quanto o Conselho Nacional de Educação, nesta evolução legal, exaram documentos e pronunciamentos, que orientam a prática pedagógica a ser desenvolvida nesta etapa da educação.

2.2 REFERÊNCIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para dar consequência à Política Nacional para a Educação Infantil, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases, 9394/96, o Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu em 1999, as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, a partir da Resolução CEB nº 1, que foram indispensáveis para explicitar os princípios e orientações aos sistemas de ensino. Desse modo, a Educação Infantil começou a ganhar relevância no cenário nacional, contrapondo o caráter assistencialista, até então vigente e os municípios começaram a estruturar e organizar esta nova etapa

com relação as propostas pedagógicas, os profissionais para atuarem com as crianças e a regulamentação dos espaços, onde este atendimento era oferecido. Dada a fase transitória, ainda, o Ministério da Educação e do Desporto divulgaram o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), componente dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a fim de auxiliar na elaboração do trabalho educativo para a etapa, manifestando o entendimento à criança da Educação Infantil:

A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar (BRASIL, 1998, p.21).

Passados 10 anos, a partir de ampla escuta aos educadores, movimentos sociais, pesquisadores e professores universitários, que expuseram suas preocupações e anseios em relação à Educação Infantil, foram exaradas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEIs), aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2009 (Parecer CNE/CEB nº 20/09 e Resolução CNE/CEB nº 05/09), que representam valiosa oportunidade para reflexão sobre que direção atuar junto às crianças, assim como, a prática pedagógica na Educação Infantil.

O Parecer CNE/CEB nº 20/09 e a Resolução CNE/CEB nº 05/09, em seu conteúdo fazem uma clara explicitação da identidade da Educação Infantil, condição que deve ser observada para o estabelecimento de normativas, em relação ao currículo e a outros aspectos envolvidos em uma proposta pedagógica. Apresentam a estrutura legal e institucional da Educação Infantil, o período para o atendimento em turno diurno, e apontam a formação mínima em magistério para professores, “[...] oferta de vagas próximo à residência das crianças, acompanhamento do trabalho pelo órgão de supervisão do sistema, idade de corte para efetivação da matrícula, número mínimo de horas diárias do atendimento – e colocam alguns pontos para a articulação com o Ensino Fundamental” (BRASIL, 2009).

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) trazem mudanças na concepção da função social e política desta etapa da educação, bem como definem a identidade do atendimento, da visão de criança

enquanto sujeito histórico de direitos, centralidade do planejamento e dizem da concepção de aprendizagem. Essa matriz remete à necessidade de estruturar e organizar ações educativas, articulada com a valorização do papel dos professores que atuam junto às crianças de 0 a 5 anos, desafiando-os na construção de propostas pedagógicas que, no cotidiano de creches e pré-escolas, deem voz às crianças e acolham a forma delas significarem o mundo e a si mesmas.

2.3 O ARTIGO 8º DA DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

§ 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

I - a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;

II - a indivisibilidade das dimensões expressivo motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;

III - a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;

Iç - o estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;

ç - o reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades;

çI - os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;

çII - a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

çIII - a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América;

∃ - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;

∃ - a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.

Kramer (2005) menciona que a Educação das crianças de 0 a 6 anos, tem a finalidade de valorizar os conhecimentos prévios da criança e garantir a aquisição de ‘novos’ conhecimentos. Diz, ainda, que essa finalidade se cumpre, mediante a presença de um profissional capacitado, que reconheça as características da infância: aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança.

É na Educação Infantil, que a criança aprenderá, pelo brincar, através do lúdico, a construir suas relações sociais, a interagir com o meio, a conhecer seus limites, construir o seu mundo, desenvolver suas habilidades e conhecimentos, criar regras, reinventar seu dia a dia.

A criança é um sujeito histórico e sua infância está baseada no contexto histórico em que vive, e dessa forma, a concepção de infância nasce do tempo, espaço social e a cultura que a criança está inserida.

Dessa forma, suas vivências e sentimentos respeitados fazem dela um ser único, singular, caracterizando assim, seu eu interior e valorizando sua própria maneira de estar no mundo. A criança é um ser em constante fase de crescimento capaz de agir, interagir, descobrir e transformar o mundo, com habilidades, limitações e potencialidades (TEIXEIRA; VOLPINI, 2014).

Para Teixeira e Volpini (2014), a Educação Infantil envolve qualquer forma de educação da criança, ou seja, ela na família, comunidade, sociedade e cultura.

A Educação Infantil é imprescindível na vida de uma criança, pois estabelece condições para que as crianças possam conhecer e descobrir novos valores, costumes e sentimentos, através das interações sociais, nos processos de socialização e desenvolvimento da identidade e da autonomia.

A normatização relativa a essa etapa da Educação Básica buscou enfatizar como o tempo e o espaço devem ser utilizados pelos professores e gestores das instituições, que recebem crianças de zero a cinco anos de idade. O Parecer

CNE/CEB n. 20/2009, assim se refere ao papel do professor e da professora na organização do tempo e espaço, nas creches e pré-escolas:

A professora e o professor necessitam articular condições de organização dos espaços, tempos, materiais e das interações nas atividades para que as crianças possam expressar sua imaginação nos gestos, no corpo, na oralidade e/ou na língua de sinais, no faz de conta, no desenho e em suas primeiras tentativas de escrita. A criança deve ter possibilidade de fazer deslocamentos e movimentos amplos nos espaços internos e externos às salas de referência das classes e à instituição, envolver-se em explorações e brincadeiras com objetos e materiais diversificados que contemplem as particularidades das diferentes idades, as condições específicas das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e as diversidades sociais, culturais, étnico-raciais e linguísticas das crianças, famílias e comunidade regional (BRASIL, 2009, p. 14).

No entanto, a criança deve ter possibilidade, nas instituições de Educação Infantil, de fazer deslocamentos e movimentos amplos nos espaços internos e externos às salas de referência, das turmas e à instituição. Isso significa que é preciso possibilitar para a criança um espaço adequado e seguro, que vai além de sua sala de atividades, onde possa experimentar diversas formas de se locomover (engatinhando, escorregando, pulando obstáculos, abaixando-se, correndo, equilibrando-se). Os espaços externos à instituição devem ser explorados pelas crianças pequenas, além de espaços culturais diversificados, como sugere a observação a seguir:

As crianças precisam brincar em pátios, quintais, praças, bosques, jardins, praias, e viver experiências de semear, plantar e colher os frutos da terra, permitindo a construção de uma relação de identidade, reverência e respeito para com a natureza. Elas necessitam também ter acesso a espaços culturais diversificados: inserção em práticas culturais da comunidade, participação em apresentações musicais, teatrais, fotográficas e plásticas, visitas a bibliotecas, brinquedotecas, museus, monumentos, equipamentos públicos, parques, jardins. (BRASIL, 2009, p. 15).

O Ministério da Educação publicou em 2006, o documento “Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil” (BRASIL, 2006) e “Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil”– Encarte 1” (BRASIL, 2006). Esses documentos foram elaborados com base nos estudos e nas pesquisas do Grupo Ambiente Educação (GAE), que desenvolve projetos relacionados à qualidade dos ambientes escolares, com ênfase nas relações entre o espaço físico, o projeto pedagógico e o desenvolvimento da criança, além da sua adequação ao meio ambiente.

O papel do professor e da professora de Educação Infantil é ressaltado no documento como sendo o de organizador do ambiente das creches e pré-escolas, para que estes espaços se tornem adequados para o desenvolvimento integral das crianças: o/a professor/a, junto com as crianças, prepara o ambiente da Educação Infantil, organiza-o a partir do que sabe que é bom e importante para o desenvolvimento de todos e incorpora os valores culturais das famílias em suas propostas pedagógicas, fazendo-o de modo que as crianças possam ressignificá-lo e transformá-lo. A criança pode e deve propor, recriar e explorar o ambiente, modificando o que foi planejado (BRASIL, 2006a).

Os espaços oferecidos devem ser organizados, acolhedores, seguros, aguçando o interesse das crianças, bem como os materiais disponibilizados na sala, que devem ser escolhidos, a partir de uma proposta pedagógica, que contemple a construção do conhecimento, pelo brincar.

Segundo Tizuco (1997), “o brinquedo é o objeto, o suporte do brincar, qualquer objeto pode transformar-se em brinquedo, no imaginário infantil. Oferecer um espaço pedagógico incluindo objetos é tarefa da escola, que deve contemplar objetos representativos do ambiente cultural”.

Nesse sentido, os materiais não estruturados inseridos na rotina escolar, vêm somar no desenvolvimento das habilidades, potencializando as experiências vividas pela criança durante o brincar. É necessário que o educador incentive, participe destes momentos do brincar, encorajando as crianças a construir, experimentar, vivenciar a brincadeira, com momentos de interação com seus amigos e colegas. Conforme Tizuco (1997, p. 7) “No ambiente de aprendizagem a criança deve encontrar: brinquedos e materiais para brincar, espaço adequado as suas necessidades e amigos para interagir.”

Segundo Oliveira (2011, p. 80), “o brincar trabalha os conteúdos vividos pela criança ou pelo grupo [...]”, o educador precisa observar como os espaços são explorados pelas crianças, como os materiais são utilizados, proporcionar ocasiões educativas, interferindo durante as brincadeiras, aproveitando para inserir conceitos de aprendizagens como quantidade, texturas, sentidos, tamanho, medidas, maior, menor, noção de espaço e muitos outros conceitos, induzindo o aluno a desenvolver suas habilidades e raciocínio.

A figura do adulto, do educador, é uma referência, e o brinquedo estabelece o vínculo dele com a criança, para tanto, o professor deve querer participar dos momentos de interação, deve gostar de brincar com seus alunos, de observar e registrar estes momentos para organizar e planejar suas ações pedagógicas. “O Educador, além de ter uma base teórica ampla e sólida sobre o brincar, é importante que saiba e goste de brincar com as crianças”, (Didonet, p. 213).

O aprender e o desenvolvimento se dão através da interação, das vivências do aluno nos diferentes meios (escola, casa, amigos), no estabelecer regras durante os jogos e as brincadeiras. Cabe ao Educador Infantil, criar espaços, disponibilizar jogos, brincadeiras, participar destas brincadeiras, entendendo a função do brincar no processo educativo e conduzir a criança para suas descobertas, essa proximidade com o educador converte-se em aprendizagem.

A formação dos profissionais da Educação Infantil carece de experiências lúdicas, sendo que os professores aprendem a importância do brincar durante sua prática pedagógica, com seus alunos e colegas. É preciso rever o currículo das instituições formadoras, onde é necessária uma base teórica sólida, amparada pela lei que defende e determina a necessidade do brincar, como fundamental para o desenvolvimento integral da criança, atendendo suas necessidades, respeitando-as e cumprindo com as exigências curriculares.

Mesmo sabendo que muito já avançamos na caminhada da educação infantil, urge contundente formação para os profissionais que atuam na etapa, pois precisamos de profissionais que conheçam os objetivos e as finalidades da educação infantil, com formação adequada, havendo ainda, nos cursos de formação carência de estudos na área. Esta constatação se expressa também nas estratégias da Meta 1, da Lei nº 13.005/2014 que “Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências”:

1.7) articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;

1.8) promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.9) estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a

garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil apontam a necessidade de qualificar as práticas pedagógicas existentes e a ausência de uma política de formação específica para os profissionais da educação infantil.

Conforme Teixeira e Volpini (2014) é importante ressaltar que a Educação Infantil tem uma função pedagógica, um trabalho que toma a realidade e os conhecimentos infantis, como ponto de partida e os amplia através de atividades que tem significado concreto para a vida das crianças, e simultaneamente asseguram a aquisição de novos conhecimentos. Diante disso, é importante que o educador na Educação Infantil preocupe-se com a organização e aplicação das atividades contribuindo assim, para o desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos. De acordo com Rocha (199) (*apud* BARBOSA, 2008, p.25):

[...] a educação infantil é constituída de relações educativas entre criança-criança-adulto, pela expressão, o afeto, a sexualidade, os jogos, as brincadeiras, as linguagens, o movimento corporal, a fantasia, a nutrição, os cuidados, os projetos de estudos, em um espaço de convívio onde há respeito pelas relações culturais, sociais e familiares.

Durante muito tempo, a criança era responsabilidade da família, hoje essa responsabilidade é compartilhada com as Escolas de Educação Infantil, onde muitas delas passam a maior parte do seu dia, onde podem socializar, conviver e aprender. Para termos uma Educação Infantil comprometida, que vise uma educação holística – plena, integral, é preciso uma ação conjunta entre família e escola, através de uma proposta pedagógica baseada em um planejamento que considere as vivências, as culturas das crianças, um planejamento voltado à garantia dos Direitos da Criança, do livre brincar, da qualidade de vida, da formação do caráter – papel decisivo da Educação Infantil.

É preciso saber qual a expectativa das famílias sobre a escola, o que elas conhecem da educação infantil, como foi a infância destes pais, envolvê-los no processo de construção da proposta pedagógica da escola, sendo de suma importância a participação da família, nas ações educativas da escola.

A própria legislação em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais e o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, “estabelece o elo entre a Escola e a família, estabelecendo o direito de pais e responsáveis conhecer a proposta

pedagógica das instituições de Educação Infantil e participar da elaboração e execução, devendo ser informados sobre a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças”.

A Escola não substitui o papel da família, ela precisa estabelecer relações de aproximação, diálogo, envolvimento e principalmente, o comprometimento das duas partes que buscam tão somente o mesmo objetivo, o bem-estar e o desenvolvimento da criança.

Cabe aos pais participar das atividades da escola, compor os conselhos escolares, auxiliar nas festas da escola, comparecer nas reuniões, dar sua contribuição para melhorias que julga necessárias, respeitar os professores e sua formação, dialogando com os mesmos quando tiver dúvidas e/ou alguma atitude que discorde dos professores, jamais desautorizá-los perante as crianças. Assim como, a escola, os professores devem ouvir as famílias, respeitar suas origens, suas vivências, culturas, buscando sempre através do diálogo, construir mudanças significativas para a educação dos nossos alunos. Família e Escola, uma união que dá certo, uma construção coletiva fundamental para garantir a qualidade e o avanço da educação.

2.4 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O que se espera da Escola hoje é uma educação de qualidade, tendo como sustentáculos o Projeto Político Pedagógico e a Gestão Democrática. (VEIGA, 2009).

Toda a escola precisa construir o seu PPP, observando sua nomenclatura, fortalecendo seus eixos, entendendo assim seu significado como Projeto: conjunto de ações propostas a serem realizadas ao longo do tempo, Político: com discussões, oportunizando o exercício da cidadania quando da participação da comunidade escolar em sua elaboração e Pedagógico: orientando, organizando, embasando teoricamente as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas.

Quando a escola compreende que o seu PPP é o compromisso construído e assumido por um grupo que busca a qualidade na educação, ela deixa de vê-lo apenas como um compromisso que deve ser cumprido para atender às exigências

legais e passa a tê-lo como documento norteador, referência para todas as suas ações. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional legitima essa condição:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)
- VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (Incluído pela Lei nº 10.287, de 2001)

O PPP deve ser planejado pelos profissionais da escola, equipe diretiva, professores, funcionários, ou seja, toda a comunidade escolar, buscando estudos, definindo uma linha de ação, uma metodologia que garanta a inovação da prática pedagógica e estabelecendo metas e objetivos para atingir uma educação de qualidade.

Dessa forma, o PPP se torna indispensável à Escola, ele é uma ferramenta de trabalho, que deve ser estudado, reavaliado e reformulado sempre que a Escola entender necessário.

2.5 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

A Gestão Democrática é uma forma de gerir uma instituição escolar de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia. Os princípios que norteiam a Gestão Democrática são:

- **Descentralização:** A administração, as decisões, as ações devem ser elaboradas e executadas de forma não hierarquizada.
- **Participação:** Todos os envolvidos no cotidiano escolar devem participar da gestão: professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis, pessoas que participam de projetos na escola e toda a comunidade ao redor da escola.

- **Transparência:** Qualquer decisão e ação tomada ou implantada na escola tem que ser de conhecimento de todos.

A Gestão Democrática conta com a legítima participação dos segmentos da comunidade escolar, famílias, professores, estudantes e funcionários na organização, construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na gerência e aplicação dos recursos da escola, em síntese, nas decisões da escola.

A democratização da gestão é defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na escola – diretor, professores, estudantes, coordenadores, técnico-administrativos, vigias, auxiliares de serviços – no apoio efetivo da comunidade às escolas, como participante ativa e sujeito do processo de desenvolvimento do trabalho escolar. (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Gestão da Educação Escolar. Brasília: UnB/CEAD, 2004).

Gestão da escola pública trata-se de uma maneira de organizar o funcionamento da escola pública quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às suas ações e atos e possibilitar à comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, ideias e sonhos, num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar. (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Gestão da Educação Escolar. Brasília: UnB/CEAD, 2004).

A Constituição Federal/88, que estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) em seu artigo 14, estabelece e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino, assim dispendo:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A Gestão Democrática da Escola Pública poderá constituir um caminho para a melhoria da qualidade de ensino se for concebida, como um mecanismo capaz de inovar as práticas educativas da escola (VEIGA, 2009,pg.167).

A Gestão Democrática das escolas é um dos pilares para garantir a qualidade da educação e o exercício efetivo da cidadania. Segundo Veiga:

A educação de qualidade é sustentada por dois eixos: o da igualdade e o da inclusão. Para tanto, há a necessidade de se fortalecer as condições de acesso, sucesso e permanência do aluno na escola, bem como, o desenvolvimento de estratégias para a integração de diferentes instituições educativas da sociedade e investir, simultaneamente, na educação básica e na educação superior. Essa estratégia diz respeito à ação coordenadora do poder público, e entre este e a sociedade. A conquista da qualidade social e política da educação é uma tarefa conjunta dos gestores do sistema público de ensino, da organização, dos profissionais da educação, dos pesquisadores e especialistas, da comunidade escolar, enfim, de toda a sociedade envolvida no processo educacional. (VEIGA,2009, p.168)

Ainda segundo a autora, a educação de qualidade só atinge seu sentido na prática pedagógica nas interações vividas entre professores, alunos, pais ou responsáveis, funcionários e representantes da comunidade, em suas experiências, processos e resultados. Uma Educação de qualidade envolve muitas variáveis:

- Uma organização inovadora, aberta, dinâmica, com um projeto pedagógico coerente, aberto, participativo; com infraestrutura adequada, atualizada, confortável; tecnologias acessíveis, rápidas e renovadas.

- Uma organização que congrega docentes bem preparados intelectual, emocional, comunicacional e eticamente; bem remunerados, motivados e com boas condições profissionais e onde haja circunstâncias favoráveis a uma relação efetiva com os alunos, que facilite conhecê-los, acompanhá-los, orientá-los.

- Uma organização que tenha alunos motivados, preparados intelectual e emocionalmente, com capacidade de gerenciamento pessoal e grupal.

Educação de qualidade ou qualidade na educação depende da escola e de seus agentes participativos, sendo esta a responsável pela elaboração, execução e avaliação do seu PPP, quando avalia sua prática pedagógica, seus investimentos, suas ações e compreende quando e onde precisa realizar mudanças, estabelecendo estratégias, para construção de uma educação de qualidade, reorganizando seus espaços, suas ações, sua prática em sala de aula, suas propostas. Quando conta

com profissionais comprometidos, capazes de se auto avaliar e reconhecer a necessidade de transformações em sua prática, em seu atuar em sala de aula.

Também depende das esferas administrativas de Governo, com a criação de políticas públicas que beneficiem a educação, com a aplicação de recursos, investimentos, criação de programas que entendam a educação de qualidade como um direito do cidadão, das crianças que dela se beneficiam, colocando a educação como prioridade em seus governos.

E ainda podemos dizer, que uma educação de qualidade consiste no entendimento das famílias, da importância da sua participação no processo educativo dos seus filhos e da escola que este frequenta.

Enfim, podemos concluir que uma educação de qualidade só é possível quando todos os segmentos envolvidos compreendem seu papel, exercem seus direitos e cumprem seus deveres.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentamos a característica da pesquisa ação, o contexto em que a pesquisa ocorreu, a caracterização dos participantes, os instrumentos utilizados na coleta de dados e os procedimentos para a análise dos dados.

3.1 PESQUISA AÇÃO

Esta intervenção teve como metodologia a pesquisa ação, a qual nos permitiu observar, planejar, aplicar, avaliar a prática e intervir na realidade e a qual fundamentamos, com os teóricos abaixo.

De acordo com David Tripp (2005), a pesquisa ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores, de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos, mas mesmo no interior da pesquisa ação educacional, surgiram variedades distintas.

Pode-se reconhecer a pesquisa ação como um dos inúmeros tipos de investigação ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no decorrer do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação. (TRIPP, 2005, p.445)

A pesquisa ação permite observar, investigar, intervir e transformar a prática pedagógica, buscando aperfeiçoar a mesma. Pela pesquisa ação conseguimos envolver os segmentos da comunidade escolar, na busca da qualidade, na construção da identidade para a nossa educação infantil, através da elaboração da proposta pedagógica e inclusão da Educação Infantil no PPP, da Escola.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em uma Escola de Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino do município de Santo Ângelo, RS, a qual recebeu a Educação Infantil de uma Creche interditada, pelas condições das instalações onde estava inserida. A escola conta com direção, coordenação pedagógica, setor administrativo,

bibliotecária, vinte e dois professores, destes sete são da Educação Infantil, sete funcionárias e cento e oitenta e dois alunos, sendo oitenta e nove do ensino fundamental e noventa e três da Educação Infantil, ofertando hoje, o Ensino Fundamental até o 4º ano e na etapa da Educação Infantil maternal 1 e 2, para faixa etária de 1 ano e meio a 3 anos e pré-escola de 4 e 5 anos.

A população atendida é proveniente do próprio bairro e adjacentes. Os Pais são trabalhadores, nível de escolaridade fundamental incompleto, possuem emprego informal, famílias residem em habitações próprias na sua maioria, apresentam progresso, melhorias em suas residências, tem transporte próprio e, 70% dos alunos da Escola recebem auxílio Bolsa Família e da Educação Infantil, cerca de 68 alunos recebem o benefício.

A intervenção ocorreu junto à equipe gestora da Escola (Diretora e Coordenadora) os profissionais da Educação Infantil, professoras e monitoras, envolveram os pais da turma onde realizamos a intervenção com as crianças.

A prática foi realizada junto à turma do Maternal I, com dezoito crianças na faixa etária entre um ano e meio a dois anos e meio. A turma tem como responsável uma professora de Educação Infantil e duas monitoras que alternam o horário de atendimento com as crianças. As crianças têm turno integral na escola, sendo que os pais trabalham fora o dia todo, a jornada escolar é de oito horas.

3.3. OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Esta investigação contou com a utilização dos seguintes instrumentos de pesquisa:

- Pesquisa exploratória
- Reuniões
- Técnicas de motivação e reflexões acerca da nossa realidade
- Referencial Teórico
- Intervenção

Os quais envolveram a pesquisadora, a gestora da escola, os professores de Educação Infantil, as famílias e os alunos, com o objetivo de construir uma proposta pedagógica que garanta os direitos da infância e estruturando ações educativas de qualidade, que detalhamos a seguir.

✓ **Pesquisa Exploratória:**

A pesquisa exploratória foi o primeiro instrumento que utilizamos com o objetivo de buscar informações sobre a Educação Infantil inserida na escola de ensino fundamental, saber sua proposta, suas ações e participação nas atividades da escola.

Optamos pela pesquisa exploratória, uma vez que a mesma nos permitiu realizar um estudo preliminar sobre o assunto, sobre o problema a ser estudado, possibilitando-nos conhecer a realidade, tendo uma visão geral do assunto. Segundo Cervo e Siva “A pesquisa exploratória estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto desta e orientar a formulação de hipóteses” (Cervo e Silva, 2006).

A pesquisa, através de diálogo, questionamentos e apontamentos foi realizada junto à escola com a participação da Diretora e da Coordenadora, durante o período de férias, quando analisamos o Projeto Político Pedagógico da Escola, questionamos sobre a realidade, a proposta da Educação Infantil inserida na escola de ensino fundamental.

✓ **Referencial Teórico**

Partindo do conhecimento desta realidade, onde a Educação Infantil não estava inserida no PPP da escola, buscamos referencial teórico para subsidiar o Projeto de Intervenção, através das leituras de artigos, publicações de teóricos estudados no decorrer do curso, legislação vigente que pudessem embasar o projeto e auxiliar na construção da proposta pedagógica, da Educação Infantil.

A busca deste referencial teórico foi de grande valia para orientar as próximas ações do projeto, sendo que a pesquisa é um instrumento metódico que

possibilita a construção do conhecimento e a atualização de algum conhecimento preexistente.

As leituras realizadas foram as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil, o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, Lei de Diretrizes e Bases em seus artigos 12 e 14, o artigo O currículo na Educação Infantil: O que propõem as novas Diretrizes Nacionais de Zilma de Moraes Ramos de Oliveira, com o objetivo de dar conhecimento das normatizações, da finalidade e objetivos da Educação Infantil.

Também foram lidos e estudados artigos sobre os materiais não estruturados, onde buscamos conhecer essa proposta de inovação da prática pedagógica, artigos relacionados à organização dos espaços, projeto político pedagógico, gestão democrática, importância do brincar como ferramenta de desenvolvimento integral da criança. Leituras que nos trouxeram, sem dúvida, subsídios para discutir e avaliar nossa prática enquanto educadores.

✓ **Reuniões**

Escolhemos este instrumento para garantir o encontro dos envolvidos na pesquisa, uma vez que estes encontros oportunizaram estabelecer a troca de experiências, de ideias, a discussão acerca do assunto e o envolvimento da comunidade escolar, na busca de uma identidade para a Educação Infantil desta escola.

Marcamos uma reunião com a gestora, os profissionais da Educação Infantil, onde apresentamos o Projeto de Intervenção, explicando que o mesmo fazia parte de um trabalho de conclusão da especialização em docência na Educação Infantil e está pertinente com a construção de uma identidade da Educação Infantil, através da inserção da proposta pedagógica, no projeto político pedagógico da escola.

Durante os encontros discutiu-se sobre o que é um PPP, em que consiste, qual seu objetivo, realizamos a leitura do PPP da escola, das legislações que embasam as concepções da Educação Infantil, artigos relacionados aos temas, conforme já referenciados anteriormente.

Num segundo momento foram apresentados os materiais de pesquisa que cada um selecionou para estudo, leitura, análise e discussão, verificando qual seria a melhor proposta, hoje, para a Educação Infantil da escola. Observamos a necessidade de chamar os pais para juntos construirmos esta proposta.

Dando sequência ao trabalho, nos reunimos com as famílias durante uma entrega de pareceres, fazendo assim com que os mesmos viessem até a escola. Primeiramente, realizamos uma técnica: Peixinho no Aquário, cada pai escolhia o material disponibilizado e confeccionava seu peixe, após deveria colar o peixinho no aquário, como quisesse. O objetivo da técnica foi mostrar aos pais que cada um tem seu tempo, sua imaginação, sua direção e o quanto devemos respeitar o tempo das nossas crianças, suas habilidades, criatividade e direção. Dessa forma se iniciou um diálogo crítico e reflexivo sobre nossas crianças. Em seguida, pedimos aos pais que representassem em um lado da folha, memórias da sua infância, com desenhos ou escritas. Ao término solicitamos que ao lado da sua infância representassem a infância dos seus filhos, com o objetivo de traçarmos um paralelo entre as infâncias, mostrando a falta de espaços físicos, de tempo para nossas crianças brincarem, ressaltando o brincar como forma de aprendizagem, de crescimento, de desenvolvimento integral da criança. “Concomitantemente, não estão nascendo menos crianças, mas a sociedade adulta vem, gradualmente, promovendo menos espaços e tempo para elas”. (FORTES,2006. p.36)

Ao final do encontro pedimos aos pais para junto com seus filhos classificar e trazer para a escola, materiais que tenham em casa, que possam fazer parte do acervo de brinquedos da escola, materiais não estruturados como: canos, torneiras, sucatas e madeiras, a fim de oportunizarmos às crianças, o manuseio destes materiais e observar como seria seu comportamento diante dos mesmos.

Ao longo dos dias, os materiais foram chegando e sendo organizados pela pesquisadora, em conjunto com a Professora da turma.

✓ **Intervenção**

A intervenção teve como objetivo interferir na realidade da turma, fazendo com que as crianças tivessem contato com materiais não estruturados, estimulando-

os a construir, brincar, montar, organizar de diferentes maneiras esses materiais, envolvendo as crianças em um ambiente totalmente desafiador.

Para a realização desta mediação, desconstruímos o espaço existente na sala de aula, retirando os brinquedos do dia a dia, as motocas, bicicletas, organizamos a sala somente com os materiais coletados junto às famílias.

Esses materiais não estruturados, como canos, caixas, rolos de papel higiênico, tampinhas, potes, tecidos, tampas, sucatas em geral, foram disponibilizadas às crianças para que as mesmas descobrissem, criassem sua própria brincadeira. O contato com materiais não estruturados viabiliza o desenvolvimento da inteligência e oferece oportunidade da criança desenvolver suas habilidades criativas relacionando com aprendizagens já estabelecidas.

Quando as crianças chegaram na sala, encontraram um espaço diferenciado do seu cotidiano, da sua rotina escolar. De início ficaram meio apreensivas, tímidas, receosas, sem saber se poderiam ou não mexer naqueles materiais ali disponibilizados. Já os pais ao chegarem perceberam a mudança na sala e observaram com seus filhos, dizendo: Olha só! vai lá ver, tem brinquedo novo. Veja, tem coisas lá, que foi o papai que trouxe, vai brincar! E aos poucos as crianças foram se soltando, a monitora também auxiliou muito neste processo de interação com os materiais, chamando as crianças para brincar, mexendo nas caixas, despertando nelas o interesse pelos brinquedos.

Ao longo da manhã, tudo foi acontecendo, as crianças foram descobrindo todo o tempo novos brinquedos, montando, destruindo, dividindo, brigando também, porque lhes foi oferecida a oportunidade de criar, de aprender, diante de recursos simples que se tornaram brincadeiras, a partir da criatividade e imaginação de cada um.

Durante os dias que se sucederam, a cada dia, as crianças reinventavam novas brincadeiras, demonstravam interesse por determinados materiais e outros que não chamaram a atenção, conforme vamos descrever no capítulo de análise das ações.

Todos esses momentos foram registrados e mostrados aos pais durante um encontro final, quando apresentamos os registros do brincar de seus filhos com aqueles materiais trazidos por eles.

Estabelecemos um diálogo com os pais, onde mostramos a eles a importância do brincar para o desenvolvimento de seus filhos, apresentamos um vídeo relacionado ao brincar, onde Tizuko descreve muito bem as ações do brincar e relaciona com as aprendizagens.

Esse brincar faz com que a criança resolva de forma singular, seus problemas, crie suas regras, um objeto pode ser várias coisas, depende do momento, do interesse, da relação que a criança faz com seu cotidiano. As noções de maior e menor, da tentativa de encaixar, raciocínio lógico e matemático sim, por que não, se desenvolvem durante esse processo de brincar. Observamos que as crianças se mantiveram muito mais tempo envolvidas no brincar com estes materiais, que com os brinquedos comuns, prontos, uma vez que estes, lhes ofereceram maiores possibilidades de brincar, recriar.

Durante o encontro, os pais acompanharam atentamente a todos os registros, se emocionaram ao ver seus filhos interagindo, desafiando a si mesmos, e demonstraram entender o verdadeiro papel da Educação Infantil, na vida dos seus filhos e a significação do brincar como prioridade nesta etapa de desenvolvimento.

A Intervenção junto aos profissionais da escola, que foi acontecendo paralelamente a todo o processo e que será aprofundado na análise das ações, nosso próximo capítulo, orientou o grupo da Educação Infantil, bem como, a equipe gestora da escola, sobre o verdadeiro significado da Educação Infantil para as crianças, sobre nossa interferência como profissional na vida destas crianças, as marcas que deixaremos, a preocupação e o comprometimento que devemos ter com nossas crianças durante este tempo, que maior parte é com a escola, que com a família. Como podemos auxiliar na formação deste ser, do seu caráter, da sua autonomia. São indagações que levam o grupo a repensar suas práticas, o seu dia a dia, com certeza.

Durante a intervenção aconteceram diversas ações, as quais apresentamos no capítulo 4, na análise das ações, de acordo com nosso referencial teórico.

4 AÇÕES ANALISADAS

Neste capítulo, apresentamos a análise das ações realizadas durante a intervenção, detalhando e analisando os resultados, apontando considerações sobre a Educação Infantil, seu objetivo, finalidade, organização e, principalmente, a caminhada na busca de se fazer entender, como primeira etapa da educação básica.

Apresentamos as ações realizadas por categorias, assim descritas:

4.1. DOS ESTUDOS REALIZADOS

A investigação do PPP realizada na escola nos permitiu um chamamento do grupo de profissionais da Educação Infantil, para discussão acerca da desatualização do mesmo, da necessidade de reorganizá-lo, atualizá-lo e inserir no mesmo, a etapa da Educação Infantil, agora implantada na escola.

Junto ao grupo, primeiramente, realizamos a leitura do PPP, onde constatamos sua defasagem, níveis de ensino que não tem mais na escola, coordenação pedagógica desatualizada, número de turmas, alunos, legislação desatualizada e, principalmente, a necessidade de incluir a etapa da Educação Infantil, seus objetivos, finalidade, proposta pedagógica, enfim, concluímos ser este um documento que não está sendo utilizado pela escola como orientador, e base para suas ações.

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB em seus artigos 12 e 14 deixa claro que a escola tem a incumbência de elaborar seu Projeto Político Pedagógico, sua proposta pedagógica articulando-se com as famílias e a comunidade escolar, criando processos de integração entre sociedade e escola.

O PPP de uma escola é a ferramenta básica de consulta para suas ações. É preciso que a escola o mantenha atualizado, a partir de encontros, da participação da comunidade escolar, da necessidade de reelaboração, adaptação do mesmo à realidade em que escola está inserida e do momento que a escola vive. Não pode

ser apenas um documento que foi elaborado para atender exigências legais, que fica lá arquivado, apenas para consultar quando solicitado pela Secretaria de Educação ou pelas estagiárias que vêm atuar na Escola e precisam ter conhecimento do PPP da mesma.

Este documento é o que fundamenta e identifica a escola, segundo o pensamento de Veiga (2013)

O projeto político-pedagógico é o documento da identidade educativa da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas. Como proposta identitária, o projeto político-pedagógico constitui-se em uma tarefa comum do corpo diretivo e da equipe escolar e, mais especificamente, dos serviços pedagógicos (coordenação pedagógica, orientação educacional). A estes cabe o papel de liberar o processo de construção, execução e avaliação do projeto, contando com a valiosa participação de todos. (VEIGA, 2013, p.163)

A partir daí ficou evidente a necessidade de estruturação deste PPP, quando partimos então, para os estudos e discussões acerca da Educação Infantil.

Realizamos a leitura sobre a importância de elaboração de um PPP, gestão democrática, das DCNEI'S, do Parecer CNE/CEB 20/2009, buscamos referencial teórico relacionado à organização de espaços, brincar como principal suporte para o desenvolvimento da criança, qualidade da Educação Infantil, formação de profissionais preparados para atender esta etapa,

Durante os encontros de estudos o grupo demonstrou grande interesse na construção de uma educação infantil aliada na promoção do desenvolvimento integral da criança. Todos participaram das leituras e discussões, expuseram suas angústias, seus desafios do dia a dia, houve troca de ideias, relato de experiências, muito envolvimento.

Com o desenvolvimento das leituras, fomos nos apropriando de ideias, de organização dos espaços, das rotinas, da necessidade de readequação de alguns espaços.

Esta readequação propôs a ampliação dos horários da Educação Infantil na utilização da quadra e do parquinho, a organização de uma sala de recreação com os brinquedos que foram recebidos como o pula-pula, cesto de fantasias, piscina de

bolinhas, escorregador, cavalinhos, uma vez que dentro das salas de aula não tem espaço.

Relembramos com o grupo, nossas brincadeiras, os espaços destinados a brincar na nossa infância, relacionamos com a realidade das nossas crianças que passam o dia todo na escola. Pudemos concluir a importância de ofertarmos momentos de ludicidade, de prazer e bem-estar às crianças.

Para construir uma proposta pedagógica que garanta uma educação de qualidade, precisamos ter claros os objetivos do currículo da Educação Infantil e contemplar a criança como centro do nosso planejamento e das nossas ações. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil traz isso claramente em seus artigos 3º e 4º:

Art.º 3º: O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade.

Art.º 4º: As propostas pedagógicas da educação infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Optar por uma proposta educativa centrada nos direitos da criança, organizando a escola como um campo de oportunidades, de inclusão, acesso à cultura, garante o desenvolvimento pleno da criança, da construção da sua identidade, da satisfação das suas necessidades.

Pelo brincar, a criança reproduz seu dia a dia, reinventa as brincadeiras, reelabora seus espaços de brincar, recriam cenários e inventa novas funções para os objetos que utiliza para brincar. Para Rosa (2010), a inserção do brincar constitui-se em um elemento importante para o ensino nas instituições educativas. Isso porque o brincar é um dos principais processos e uma das atividades mais presentes na infância, em que são construídas as capacidades e as potencialidades da criança. A inserção do brincar livre e espontâneo no currículo educacional e,

consequentemente, nos projetos pedagógicos das instituições educativas é um dos processos de transformação política e social, em que as crianças passam a ser vistas como cidadãs, cada uma como sujeito histórico e sociopolítico, que participa e transforma a realidade em que vive.

Outra discussão do grupo foi com relação aos profissionais que atuam junto à Educação Infantil. Discutimos sobre o conhecimento dos profissionais, qual formação receberam acerca desta etapa da educação, o conhecimento sobre a legislação que orienta e normatiza a Educação Infantil. Observamos que a maioria não teve formação específica para atuar junto à Educação Infantil.

Partindo desta realidade, da relação que estabelecemos entre as nossas infâncias e a de nossos alunos, começamos a construir o conhecimento através das leituras, discussões, experiências. Cada colega foi contando como atua em sala de aula, seus projetos, suas ações e a partir daí fomos identificando junto às Diretrizes onde se encaixavam aquelas ações. Como poderiam, deveriam ser, como realizar estas ações de forma lúdica, prazerosa, pelo brincar, como e quando deveríamos intervir durante as brincadeiras?

Ao longo dos encontros observamos o quanto o grupo estava engajado, disposto, comprometido a buscar novas propostas, novos referenciais para garantir uma Educação Infantil de qualidade para nossos alunos.

Em nossos estudos verificamos a necessidade de chamar as famílias para a escola, demonstrar a elas o papel da Educação Infantil, sua finalidade e juntos construir uma proposta pedagógica que garanta a qualidade, o bem-estar e o desenvolvimento das nossas crianças.

O grupo aceitou o desafio de trabalhar em equipe, de desenvolver a intervenção, a reorganização dos espaços, as práticas pedagógicas, nas demais turmas de Educação Infantil da Escola, chamando as famílias, envolvendo-as neste processo de construção e juntos assumimos o compromisso, de até o final do ano letivo de 2016 realizar a inserção da Educação Infantil, no PPP da escola com o devido objetivo, finalidade e proposta pedagógica, alicerçada nos referenciais teóricos estudados. Também relembramos aqui, que a equipe diretiva da escola

participou de alguns encontros de estudos e se colocou como parceira em todas as nossas ações.

4.2. DOS ENCONTROS COM AS FAMÍLIAS

Partindo do conhecimento já estabelecido, entendemos a necessidade da participação das famílias na construção do projeto pedagógico da educação infantil, para tanto, optamos em organizar encontros com turmas individualizadas e, assim, também serão as intervenções nas práticas das turmas.

O primeiro encontro aconteceu durante a entrega de pareceres do semestre da turma do Maternal I, como garantia da participação dos pais na reunião.

Neste encontro, participaram doze dos dezoito pais desta turma. Os pais sentiram-se acolhidos pela escola, no momento em que oportunizamos a eles vivenciarem uma prática com os seus filhos. Muitos pais diziam: *Ai voltamos a ser crianças! Ai meu Deus vamos virar alunos!* Aplicamos a técnica do peixinho no aquário, onde cada um deveria desenhar e enfeitar seu peixinho com os materiais disponibilizados, em seguida deveriam colar no aquário, como quisessem. O objetivo desta técnica foi demonstrar aos pais, que cada um tem seu tempo, suas escolhas, suas preferências, suas habilidades e suas limitações, assim como, nossas crianças.

Apresento as falas dos pais durante a realização da técnica:

P1- Ui que peixe feio eu fiz.

P2- Eu quero um de colar.

P3- Ah eu não sei desenhar.



Figura 1 - demonstra o envolvimento, comprometimento das famílias durante o encontro

Alguns pais terminaram bem rápido, não se detiveram aos detalhes, outros demoraram um pouco mais, outros se empenharam em decorar seu peixinho. Quando colaram o peixinho no aquário cada um colocou do seu jeito, uns para cima, outros para baixo, outros para a esquerda, para direita. Partindo desta técnica estabelecemos um diálogo sobre a criatividade, imaginação, medos, receios, dúvidas e principalmente sobre o tempo das e para as nossas crianças, qual o tempo que dispomos com nossos filhos, como é esse tempo, o que fazemos quando estamos com eles, perguntas que fomos lançando e recebendo ao longo da conversa.

Salientamos aos pais a necessidade de respeitar o tempo dos nossos filhos, de estar por completo com eles, mesmo que seja um espaço curto de tempo, ele deve ser valioso para nós pais e para nossos filhos. Os pais concordavam, ficavam pensativos, outros mais expansivos nos contavam como são os momentos em família, conversa muito boa, uma troca de informações que trouxe para a escola uma gama de subsídios para serem considerados no momento de planejar as atividades para estas crianças.

Num segundo momento deste encontro, entregamos aos pais uma folha de ofício, pedimos que dobrassem ao meio e em uma parte desta folha solicitamos que representassem, através de desenhos ou escrita, as memórias da sua infância, como foi, como brincavam, o que comiam, quais músicas ouviam, enfim do que lembravam da sua infância.

Observamos muita emoção nos olhos dos pais ali presentes, vimos lágrimas, umas de tristeza e outras de saudade. Cito aqui alguns comentários feitos pelos pais durante este momento:

P1 - Eu não sei o que desenhar.

P2 - Eu vou fazer uma bola.

P3 - Não sei como fazer isso.

Alguns pais desenharam, outros escreveram, cada um representou como quis e lembrou de sua infância. Ao concluir, pedimos aos pais que ao lado da sua infância, representassem a infância do seu filho. Nesse momento foi um alarme geral. Alguns expressaram: “Meu Deus! o que vou desenhar, escrever, eu não sei!”

Os pais então deram início ao seu registro. Após terminarem, deveriam apresentar as memórias de infância estabelecendo um paralelo com a infância de seu filho.

Durante as apresentações pudemos observar a emoção dos pais em voltar na sua infância, alguns por ter tido uma infância sofrida, outros por saudade dos seus entes queridos e dos momentos que vivenciaram junto a eles. Ao estabelecer o paralelo entre as infâncias, os pais se deram conta das diferenças que existem entre uma e outra.

Alguns pais falaram sobre os espaços físicos que dispunham quando crianças, como as ruas, as praças, as árvores, os jogos e brincadeiras de rua, relacionando com a falta destes espaços nos dias atuais e a insegurança de deixar as crianças brincarem na rua, como no passado.



Figura 2 - expressa as particularidades entre as infâncias – tempos, espaços, brincadeiras.

Um pai salientou que teve uma infância humilde e que procura dar ao seu filho o carinho que não teve quando criança, dedicando-se ao máximo possível a seu filho, participando da vida dele e das brincadeiras. Contou que ele e a esposa reservam um tempo das atividades domésticas, que têm para fazer quando retornam para casa com seu filho ao entardecer, somente para brincar com o filho.

Outra mãe disse não saber como representar a infância do filho, uma vez que ele só gosta de olhar desenhos, assistir filminhos, brincar e jogar no *tablet* ou no celular.

Segundo Ferreira (2005), os espaços da nossa infância eram destinados a descobertas, ao desenvolvimento do imaginário, eram construtivos. Hoje os espaços são reduzidos e inseguros, as crianças têm rotinas pré-determinadas pelos pais, infância escolarizada, sendo que os espaços deveriam estar adequados para a infância e com os interesses das crianças.

As crianças de hoje não sabem brincar, não sabem cantar, brincar de roda, etc. Elas gostam de brincar com celular, *tablet*, computadores, jogos no *play*, assistir filmes, somente tecnologia, ficam vidradas na frente de uma televisão ou de um computador. Sabemos que o excesso disso prejudica nossas crianças em seu desenvolvimento, crianças sem atitude, que não aprendem a conviver, a dividir, que não sabem como resolver seus problemas, muitas vezes se tornam agressivas, introvertidas, sem expressão. Anulam a infância, queimando algumas etapas e antecipando outras.

O ambiente escolar deve ser organizado de acordo com as necessidades e características das crianças, considerando as experiências e as culturas da infância nos projetos pedagógicos. Esses ambientes precisam despertar, aguçar as crianças, convidando-as para o brincar, ao mesmo tempo que se transformam em instrumentos de aprendizagens.

A importância do tempo dos pais com seus filhos, aqui claramente abordada, uma vez que a maioria destes pais trabalha fora e precisa deixar seu filho na escola durante o dia todo. Ao final do dia quando retornam para casa, as crianças já estão cansadas, precisam tomar banho e jantar, os pais ainda têm os afazeres domésticos para dar conta. O tempo fica muito reduzido e é preciso muita clareza por parte dos pais, para compreender a importância deste tempo com qualidade, com carinho, com disponibilidade. É preciso compreender que não podemos negligenciar o tempo com nossas crianças, a fim de não torná-lo um adulto inseguro, incapaz de tomar uma decisão, um adulto infantilizado, que abre mão de seus objetivos frente ao primeiro obstáculo.

As famílias precisam estar cientes que a responsabilidade de educar seus filhos é sua, mesmo que o tempo que tenham com eles seja pouco, deve ser de qualidade, de educação. Neste “tempo”, os pais devem impor limites, educar seus filhos, com atenção, carinho e autoridade, ensinando-os a enfrentar as dificuldades, a ouvir um não. Os pais não podem se desobrigar de educar seus filhos

No decorrer do encontro com as famílias, pedimos que estes nos relatassem quais eram os seus brinquedos na infância, suas brincadeiras. Muitos começaram a rir, contar suas aventuras, suas brincadeiras, outros relataram que gostavam de cantar e ali se arriscaram a cantar suas canções de infância, muitos até ensinaram aos demais algumas brincadeiras. Foi um momento muito divertido, deixamos os pais bem à vontade para lembrar deste tempo de suas vidas.

Aproveitamos estas memórias para abordar o assunto sobre os brinquedos, quais os brinquedos dos pais, quais os brinquedos dos seus filhos. Apresentamos aos pais a questão do consumismo, a preocupação que os mesmos têm de dar aos seus filhos aquilo que não tiveram na sua infância, fazendo disso, um ato de consumir muito grande, onde as crianças querem e os pais dão, para agradar e às vezes achando que estão suprimindo assim aquele tempo que não dispõem com seus filhos, que se sentem culpados e tentam amenizar esta ausência comprando, ofertando tudo o que o filho quer, às vezes, mesmo sem ter condições.

As crianças de hoje estão se formando os consumidores desenfreados de amanhã. Nas compras da casa, muitas vezes, as mesmas opinam e influenciam os pais, já desde bem pequenas. A propaganda, a publicidade, as mídias, muito bem utilizadas pelos fabricantes, exercem grande influência nos pequenos, que desenvolvem o hábito de consumir desenfreadamente e, isso, no futuro poderá trazer a obesidade, o *stress*, a depressão e serão consumidores, cada vez mais cedo, de álcool, drogas, etc. Não precisamos dar tudo que nossos filhos desejam, precisamos sim dar atenção, carinho, limites, mostrar o certo e o errado, ensiná-los a dar valor para o que têm, mostrar a eles de onde vem o dinheiro, que é do esforço e do trabalho dos pais.

E muitas vezes nos preocupamos tanto em comprar um brinquedo caro, enquanto que eles brincam por algum tempo e não se interessam mais por aquele brinquedo, então está na hora de buscarmos outros “brincar” para com nossos filhos, vamos observá-los, participar dos seus momentos de brincadeiras, escutá-los de verdade, assim poderemos constatar que às vezes o pouco é muito.

Outro aspecto que consideramos relevante abordar com os pais foi a questão das tecnologias. Atualmente, nossas crianças passam maior parte do seu tempo na escola e na frente de algum equipamento, seja televisão, *tablet*, celular.

Muitos pais adoram dizer que seus filhos não incomodam, ficam lá brincando no tablete, assistindo filminho, desenho, adoram ficar no seu mundinho. Perguntamos que mundinho? isso é saudável, é correto? Não. Essa situação é cômoda para os pais, mas não sabem eles, o mal que estão fazendo a seus filhos.

O uso cada vez maior das tecnologias como entretenimento das crianças, desenvolve sérios problemas, como o isolamento, crianças cada vez mais solitárias, trocando os amigos reais por virtuais, divertindo-se com jogos de computadores em vez de brincar de amarelinha, roda, jogar bola, andar de bicicleta, brincar de esconde-esconde, crianças desconectadas do mundo real.

Esse contato com as tecnologias acontece cada vez mais cedo, os pequeninos já mexem no celular, no tablete com uma facilidade incomparável, por vezes sabem mais que os pais. Estudos comprovam que as crianças que ficam muito tempo frente as telas, desenvolvem atrofia cerebral, obesidade, agressividade, intolerância à frustração, comprometimento do desempenho escolar, têm abalada a sua saúde física, mental e social.

Partindo de todas essas colocações trouxemos aos pais, a influência dos brinquedos não estruturados, para o desenvolvimento das habilidades e potencialidades das crianças. Explicamos o que são esses materiais não estruturados:

São aqueles materiais que temos em casa, canos, caixas, rolos, tampas, potes, tecidos, chaves, dobradiças e outros, que servirão como brinquedo para nossas crianças.

Os materiais não estruturados oferecidos aos alunos, são materiais simples, que permitem a exploração, incentivam a ludicidade, são propulsores da brincadeira. Além de ser instrumento de escuta, pois através deles as crianças criam infinitas possibilidades de brincar, e os educadores atentos, podem ouvir, sentir o que elas pensam, criam, sonham, conhecem, trazendo novas perspectivas e possibilidades para o brincar. (GIROTTTO, 2013)

Os materiais não estruturados oportunizam a criança a descoberta de como podem utilizá-lo, como brincarão, o que podem fazer com aquele material, construir, pendurar, girar, assoprar, destruir, na maioria das vezes utilizam para recriar uma vivência, fazendo do seu jeito ou imitando um adulto. Solicitamos aos pais a coleta destes materiais e pedimos que envolvessem seus filhos nesta tarefa.

Ao final do encontro, os pais ficaram agradecidos e pediram por novos encontros, foi muito bom! Observamos que atingimos nossos objetivos, de envolver os pais nas ações da escola, de mostrar a eles que seus filhos são importantes e precisam de atenção, cuidados e que a tarefa de educar é da família, a escola é parceira nesta incumbência. Fortalecemos o vínculo entre família e escola na busca por uma educação de qualidade para nossas crianças.

O maior desafio deste encontro foi enfrentarmos o frio que se fazia naquele entardecer, pensávamos que não teríamos muitos pais e que seria um encontro rápido devido à baixa temperatura. Surpreendemo-nos com o número de famílias que compareceram e o encontro se estendeu noite adentro, sendo que ninguém demonstrou estar com vontade de ir embora, aquecemos o coração dos participantes que acabamos esquecendo o frio que fazia lá fora. Muito Bom!

Durante a semana que sucedeu o encontro, os pais que não puderam se fazer presentes, já estavam sabendo das atividades e queriam saber quando seria o próximo encontro para eles poderem participar. Os materiais foram chegando ao longo dos dias, crianças felizes em trazer para a escola os brinquedos.

Tudo isso, só vem reafirmar o que já falamos, uma educação de qualidade só é possível quando todos os envolvidos assumem seu papel, diante da busca de melhorias e participam do processo de construção da escola.

Nosso segundo momento com os pais aconteceu após a intervenção realizada na turma do Maternal I, quando disponibilizamos os materiais trazidos pelas famílias para que as crianças tivessem contato. Registramos estes momentos e organizamos para mostrar aos pais.

Neste dia tivemos a participação de quinze, dos dezoito pais. Durante o encontro compartilhamos com os pais os momentos registrados durante os dias que realizamos a intervenção.

Foram vídeos, fotos, depoimentos, gravações das crianças envolvidas no processo de interação com os materiais. A cada registro, fomos fazendo interferências, explicando aos pais o desenvolvimento em questão. Procuramos mostrar aos pais que o brincar tem em sua finalidade desenvolver a criança, que não existe o brincar só por brincar, a cada momento ela está desenvolvendo uma habilidade, uma potencialidade, seja coordenação motora, equilíbrio, raciocínio, linguagem, expressão, ou seja, o aprender a dividir, compartilhar, ceder, desistir,

buscar novas formas de reorganizar aquele brincar, respeitar e criar regras, aprendendo a ganhar e perder.

Com o objetivo de referenciar o que estávamos expondo aos pais, apresentamos um vídeo da Professora Dr.^a Tizuko Morchida “A Importância do Brincar” (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NdfZTeAp5Tg>).



Figura 3 – momentos de interação criança x criança, espaço e materiais.



Figura 4 – momentos de descobertas, desafios, construção da criança consigo mesma, com os materiais e os espaços.

Os pais se mantiveram atentos ao vídeo, onde com muita propriedade a Prof.^a Dr.^a Tizuko coloca a importância do brincar, das diferentes formas de brincar e

de recriar as brincadeiras, garantido às crianças a cultura lúdica, que é específica das crianças que brincam.

A cultura lúdica, desenvolvida pelo brincar, segundo Tizuko, potencializa a liderança, a flexibilidade, o raciocínio, o domínio espacial. Pelo brincar a criança aprende culturas diferentes, para isso é preciso oferecer diferentes brinquedos para que ela possa explorar, e expressar suas vivências.

De acordo com a autora a criança é um cidadão de direitos, direito de brincar, direito às brincadeiras e a escola precisa oferecer espaços organizados de brincar, onde as crianças tenham acesso aos brinquedos, manipulem, descubram, explorem, escolham, desenvolvendo seu poder de decisão através do brincar.

O estudo buscou sensibilizar e orientar as famílias quanto às especificidades da Educação Infantil.

Nosso próximo desafio junto à comunidade escolar, será ofertar às demais turmas da Educação Infantil, a mesma oportunidade dada as famílias da turma do maternal I, conscientizando-os da proposta da Educação Infantil para com seus filhos e chamando-os para participar desta construção.

4.3. DA INTERVENÇÃO JUNTO AS CRIANÇAS

Dentre as ações planejadas, estava a intervenção junto aos alunos da turma do Maternal I, crianças entre um ano e meio e dois anos e meio. Uma turma que tem como regente a professora titular de Educação Infantil e duas monitoras para auxiliar, que alternam os horários entre si.

Nossa primeira intervenção foi no espaço físico da sala. Propomos à regente da turma a desconstrução daquele espaço, retiramos mesas e cadeiras, colchonetes, motocas, brinquedos prontos, bicicletas e reorganizamos com os brinquedos não estruturados trazidos pelas famílias.



Figura 5 - evidencia a reorganização do espaço com novos brinquedos e materiais.

No dia seguinte as crianças chegaram, um pouco desconfiadas, tímidas, sem saber o que estava acontecendo. Aos poucos, com a intervenção de alguns pais que mostravam às crianças os materiais que haviam trazido, pela monitora que chamava a atenção das crianças para o ambiente reorganizado, brincando, cantando e, assim, despertando nas crianças o interesse pelos materiais.



Figura 6 - evidencia a apropriação do espaço e dos materiais pelas crianças.

Quando percebemos que haviam estabelecido uma relação com os materiais, procuramos deixá-los à vontade, brincando, interagindo e apenas observamos e registramos o brincar.

As crianças adoraram, brincaram, interagiram umas com as outras, construíram, desconstruíram, cantaram, inventaram, recriaram momentos de vivências do seu dia a dia, imitando pais, professoras, colegas e personagens conhecidos.



Figura 7 - revela o brincar como ferramenta de desenvolvimento.

Alguns alunos gostaram mais de brincar com as caixas e latas, outros com as madeiras de construção, quando construía castelos, piscinas, garagens. Dos materiais também chamou atenção, as tampas de refrigerante, potes e pauzinhos.

Com os potes e pauzinhos eles formaram uma bandinha, uns tocavam, outros cantavam simulando ter um microfone, outros batiam nas caixas grandes fazendo sons mais fortes, descobrindo assim as possibilidades de criação e emissão de sons.

O envolvimento das crianças com os materiais foi tanto, que nem eles, nem nós percebemos o tempo passar, estávamos todos tão absorvidos por aquelas brincadeiras que não percebemos que a manhã havia passado.

Na sequência apresento o comentário da monitora:

Monitora - “Em 14 anos de creche nunca vi tanta exploração”



Figura 8 - revela o espaço e os materiais como elementos importantes a serem considerados na proposta pedagógica.

Levamos as crianças para o pátio e lá continuamos explorando os materiais e os espaços, realizamos brincadeiras, envolvemos a escola toda, desde a servente até a diretora que veio pular corda com os pequenos. A servente só repetia: As crianças nunca fazem isso, olha elas tão adorando, olha como dão risada! Observamos um aluno junto a uma tampa de esgoto no pátio, fomos ver de perto o que ele fazia. Nesta tampa tinha uma alça de ferrinho e ali ele tentava passar uma madeirinha que havia pego do pátio, era um esforço só, tentava de todas as maneiras, até que a madeirinha quebrou. Não satisfeito foi buscar outra, procurou por todo o pátio até encontrar, voltou e continuou tentando até conseguir passar para o outro lado, realização total.

Nesta interação com o meio externo, vivida pela criança, desenvolveu sua capacidade de atenção, concentração, habilidades motoras, bem como, sua persistência e raciocínio para conseguir atingir seu objetivo, tudo brincando, de forma natural, sem ser necessário o professor interferir, escolarizar esta aprendizagem.



Figura 9 - retrata a alegria das crianças durante as brincadeiras e a interação com os colegas.

Voltamos para a sala de aula e a interação com os materiais continuaram. Novas brincadeiras se iniciaram com os mesmos brinquedos. Os materiais não estruturados causam esse efeito, eles possibilitam brincar de várias coisas, com o mesmo brinquedo, reinventando, criando, explorando diferentes objetos, aprendendo com os materiais as possibilidades de construção e desconstrução através do brincar.

No final da manhã as crianças demonstravam cansaço e sono. Segundo a fala da diretora da escola era porque haviam brincado muito, estavam cansados.

Durante a semana os materiais continuaram na sala e os alunos a cada dia demonstravam o mesmo interesse por eles, continuaram a brincar e reinventar suas brincadeiras.

Durante esta interação dos alunos com os materiais, com o ambiente reorganizado, com o objetivo de oportunizar maior espaço para o brincar, pudemos reafirmar o que as DCNEIS em seu artigo 9º deixa claro:

Art.º 9º: As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da educação infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:

I- Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II- Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III- Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

IV- Recriem, em contextos significativos para as crianças relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaçotemporais;

V- Ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI- Possibilitem situações de aprendizagens mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

VII- Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII- Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

IX- Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações da música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

X- Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI- Propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

A proposta pedagógica da Educação Infantil deve estar alicerçada no brincar, nas interações entre as crianças, os adultos, o ambiente escolar, observadas as leis que embasam e normatizam esta etapa.

O artigo 6.º das DCNEI'S traz em sua redação que as propostas pedagógicas da Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I- Éticos: da autonomia, da responsabilidade, das solidariedades e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades;

II- Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criatividade e do respeito à ordem democrática;

III- Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

O texto do Parecer das Diretrizes remete a uma série de medidas que garantam atingir objetivos no trabalho didático:

Princípios éticos: Cabe, às instituições de Educação Infantil assegurar às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidades ao participar das práticas educativas, valorizar suas produções, individuais e coletivas, e trabalhar pela conquista da autonomia para a escolha de brincadeiras e de atividades e para a realização de cuidados pessoais diários. Tais instituições devem proporcionar às crianças oportunidades para ampliarem as possibilidades de aprendizagem e de compreensão de mundo e de si próprio trazidas por diferentes tradições culturais e a de construir atitudes de respeito e solidariedade, fortalecendo a autoestima e os vínculos afetivos de todas as crianças.

Princípios políticos: a Educação Infantil deve trilhar o caminho de educar para a cidadania, analisando se suas práticas educativas de fato promovem a formação participativa e crítica das crianças, criando contextos que lhes permitam a expressão de sentimentos, ideias e questionamentos, comprometidos na busca do bem-estar coletivo e individual, a preocupação com o outro e com a coletividade. É necessário garantir uma experiência bem-sucedida de aprendizagem a todas as crianças, sem discriminação. O importante é que se criem condições para que a criança aprenda a opinar e a considerar os sentimentos e a opinião dos outros sobre um acontecimento, uma ideia, um conflito.

Princípios estéticos: o trabalho pedagógico na escola de Educação Infantil, em um mundo em que a reprodução em massa sufoca o olhar das pessoas e apaga singularidades, deve voltar-se para uma sensibilidade que valoriza o ato criador e a construção pelas crianças de respostas singulares, garantindo-lhes a participação em diversificadas experiências.

Sob este olhar e perspectiva foi que buscamos durante a intervenção realizada, contemplar os princípios e os eixos norteadores, apontados pelas Diretrizes, quando oferecemos um espaço desafiador, com materiais diferenciados, proporcionando a interação entre as crianças, desenvolvendo seu senso crítico, seu poder de escolha e decisão, a exploração do seu corpo, dos seus movimentos, das suas limitações.

Segundo Girotto (2013), o papel do educador é fundamental na medida em que propicia um ambiente acolhedor, propulsor de experiências e aprendizagens, além de materiais desafiadores, estéticos e versáteis. É preciso organizar os

brinquedos, planejar o espaço, de maneira que as crianças tenham acesso, que possam interferir, pegar, guardar quando quiser.

Estes princípios devem sustentar as práticas da Educação Infantil, que precisa organizar seu planejamento, seu currículo com base no desenvolvimento integral das crianças. E este desenvolvimento se dá através do brincar, segundo Tizuko, a criança aprende cultura, quando oferecemos brinquedos do cotidiano, ampliamos, inovamos os espaços, os materiais, observamos e interagimos com elas durante seus momentos lúdicos. O brincar de qualidade só vai acontecer se houver mediação do educador.

Nós educadores precisamos gostar de brincar, acredito ser este o mais importante instrumento de um educador de qualidade, para junto com seus alunos descobrir, redescobrir, sonhar, imaginar, ir além do óbvio e vivenciar as experiências trazidas pelas crianças.



Figura 10 - retrata a interação do educador com as crianças durante o brincar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos algumas considerações sobre a prática realizada, com as aprendizagens, as dificuldades encontradas e os desafios que foram lançados junto ao grupo que participou da intervenção.

O Projeto de Intervenção (PI) oportunizou o envolvimento da pesquisadora junto ao grupo, o acesso e estudo do Projeto Político Pedagógico da escola que despertou o interesse no grupo de estudar, inovar e qualificar-se para ofertar uma Educação Infantil melhor a suas crianças.

O projeto retrata momentos de muita discussão, de muita aprendizagem, onde se percebeu a importância de um preparo por parte dos profissionais da Educação Infantil, o conhecimento com relação às leis e normativas, fundamentações teóricas que embasam o trabalho e as práticas desenvolvidas. Tivemos a oportunidade de compartilhar conhecimento, experiências, de despertar no grupo a vontade de inovar suas ações, de envolver a comunidade escolar na busca do espaço para uma Educação Infantil de qualidade e comprometida com o bem-estar e a educação das nossas crianças.

Os conceitos acerca da Educação Infantil, o olhar da comunidade escolar sobre esta etapa da educação, ainda demonstra certo desconhecimento da finalidade e dos objetivos reais da Educação Infantil, da sua proposta enquanto primeira etapa da educação básica. Essa busca foi o que tornou possível a execução do projeto, onde conseguimos envolver os segmentos da comunidade escolar, pais professores, gestores, alunos e funcionários, num processo de desconstrução e reconstrução das práticas pedagógicas da Educação Infantil.

Podemos afirmar que o objetivo deste projeto foi atingido, quando a comunidade entendeu a necessidade de fortalecer a identidade da Educação Infantil dentro de uma escola do ensino fundamental e garantiu sua participação neste processo de construção.

A pesquisa oportunizou a participação do grupo de educadores da Educação Infantil, gestora e equipe pedagógica da escola na busca de referencial teórico, base legal para fundamentar o planejamento da Educação Infantil desta escola. Foram realizadas análises, discussões de práticas, troca de ideias e experiências,

apresentadas sugestões que servirão como base para reelaboração do PPP e inserção da proposta pedagógica da Educação Infantil no mesmo.

Enfrentamos alguns desafios, como a disponibilidade de tempo dos envolvidos para os encontros, nem sempre é fácil conciliar os horários, a questão climática, devido ao frio que se apresentou de forma intensa, mas foi só de início, pois com o passar dos encontros, o grupo demonstrava cada vez maior interesse em participar.

Desta intervenção, podemos dizer que aprendemos muito, o envolvimento do grupo de professoras, o comprometimento dos colegas, a integração e o fortalecimento do grupo de profissionais da Educação Infantil dentro da escola. A participação dos pais no chamamento da escola foi surpreendente, o envolvimento e o compromisso assumidos junto com a escola por parte das famílias vêm somar e fizeram a diferença neste processo de construção. O apoio que recebemos da equipe gestora e das colegas funcionárias, também faz-se necessário ressaltar aqui, pois só vamos conseguir avançar se a comunidade escolar tiver o mesmo olhar, o mesmo objetivo e o mesmo interesse em realizar as mudanças necessárias para garantir uma educação de qualidade.

Concluimos o presente trabalho ressaltando as melhorias que aconteceram dentro da escola, como a reorganização dos espaços, a sala de brinquedos e fantasias e, principalmente, o compromisso assumido pelo grupo em dar continuidade aos estudos e construir uma proposta pedagógica, que ofereça um ambiente desafiador, espaços de qualidade, materiais que despertem a ludicidade, educadores qualificados e dispostos a garantir pelo brincar o desenvolvimento integral dos alunos.

A Educação Infantil avançou muito, mas a caminhada ainda é longa e o grupo assumiu o compromisso, os estudos continuarão e faremos a atualização do PPP da escola reafirmando a identidade da Educação Infantil.

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática”. (Paulo Freire)

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BARBOSA, Ivone Garcia. ALVES, Nancy Nonato de Lima. **Gestão democrática na educação infantil e participação da Família: possibilidades e limites**. Disponível em http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/138.pdf, acesso em 24/05/16

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**/Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. – Brasília. DF. Vol I, 2006.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol I

BRASIL. **Resolução nº 5**, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEIs. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

BRASIL. **Lei nº8.069** de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. **Lei nº 13.004** de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação, Brasília, 2014

BRASIL **Lei nº 9394** de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006b. Encarte 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB n. 20**, de 11 de novembro de 2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 14, 9 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Brinquedos e Brincadeiras de Creches**. Manual de Orientação Pedagógica. Brasília.MEC/SEB,2012.

CAMPOS, Maria Malta. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças** / Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. – 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009.

CERVO E SILVA – **Definição de pesquisa exploratória**, disponível em <http://posgraduando.com/diferencas-pesquisa-descritiva-exploratoria-explicativa/>

DIDONET, Vital. **A Política de Educação Infantil e o Brincar**. Primeira Infância no Século XXI: direito das crianças de viver, brincar, explorar e conhecer o mundo.Maria Aparecida Salaze, Ordália Alves de Almeida, (organizadoras). Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2013.

FERREIRA, Vera Lúcia de los Santos. **Espaços voltados à infância**. Vivências das infâncias: contextos e perspectivas/Eloisa Antunes Maciel, Débora Ortiz de Leão Helenise Sangoi.[et al] Santa Maria: Pallotti,2005, p. 47

GIROTTTO, Daniela. **Brincadeira em todo canto**: reflexões e proposta para uma educação lúdica. São Paulo: Peirópolis, 2013.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida, **Construir brinquedos e organizar espaços de brincadeiras como parte integrante do projeto pedagógico**/ Tizuko Morchida Kishimoto, Roseli Aparecida Monaco. São Paulo, LABRIMP/FEUSP/FUND.ORSA, 1997.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A importância do brincar**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NdfZTeAp5Tg>, acesso em 08/07/16

KRAMER, S. **Formação de profissionais de Educação Infantil**: questões e tensões. In: MACHADO, M. L. de A (org). Encontros e Desencontros em Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 2005. p. 117-132.

KUHNEN, Ariane; RAYMUNDO, Luna Santos; GUIMARÃES, Ana Maria Fernandes; SANTOS, Gláucia Felicidade. **A linguagem do espaço físico na educação infantil**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.35, agosto/dez.2011.

LOPES, Karina Rizek; MENDES, Roseana Pereira; FARIA, Vitória Líbia Barreto de (Orgs). **Coleção Proinfantil**. MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. Brasília, 2006. 74p. (Livro de estudo: Módulo IV)

MORAN, José. **Os desafios de educar com qualidade** - Orientador de Projetos Educacionais Inovadores com metodologias ativas nas modalidades presencial e a distância Do livro “Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica”, Papirus, 21ª ed, 2013, p.21-24 disponível em http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_eduacacao/qual.pdf

OLIVEIRA, João Ferreira; MORAES, Karine Nunes de .; DOURADO, Luiz Fernandes - **Gestão escolar democrática**: definições, princípios e mecanismos de implementação. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf

OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos. O Currículo na Educação Infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais? **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas atuais**, Belo Horizonte, nov/2010.

OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos. Creches: Crianças, **Faz de Conta e CIA**. Editora Vozes, 2011.

TEIXEIRA, Héliana Carla; VOLPINI, Maria Neli. A importância do brincar no contexto da educação infantil: creche e pré-escola. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 1 (1): 76-88, 2014.

TRIPP, David. Pesquisa ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A Escola em Debate: Gestão, Projeto Político-Pedagógico e Avaliação In: **Revista retratos da escola: Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação** (Esforce). Brasília, DF Vol. 7, n. 12 (jan./jun. 2013), p. 159-166 Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/109/99>, acesso em 24/05/16

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. In: **Revista retratos da escola: Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação** (Esforce). Brasília, DF Vol. 3, n. 4 (jan./jun. 2009), p. 163-171 Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/109/99>, acesso em 24/05/16